

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: IMPLICAÇÕES DAS MÚLTIPLAS QUARENTENAS NA VIDA DAS MULHERES NEGRAS

Adelice Pereira de Jesus
Universidade do Estado da Bahia

Ana Lúcia Pereira de Barros
Universidade do Estado da Bahia

Edilane de Jesus Gomes
Universidade do Estado da Bahia

Resumo: A presente reflexão enfatiza questões do contexto pandêmico entrelaçadas às relações de gênero, sexualidade e às várias violências domésticas, simbólica, sexual, psicológica etc. A pandemia trouxe consigo muitas reflexões pertinentes para se repensar os meios de segurança e romper padrões do patriarcado, das configurações e estrutura familiar, mostrando que para muitas mulheres o lar não é um ponto de apoio, muito menos um lugar seguro. As “múltiplas quarentenas” reverberam e trazem à luz as violências ocultas nos seios familiares. Este artigo objetiva problematizar o aumento das violências domésticas durante o isolamento social em tempos de pandemia. Para tanto, parte das contribuições dos estudos interseccionais, visto que, dentre tantas mortes causadas pelo coronavírus, estão as mortes causadas por “genocidas”, misóginos e machistas, evidenciando os crescentes números de violência doméstica e de feminicídio. Diante desse fato, é necessário levantar questionamentos urgentes e eficazes que possam colaborar para conscientização dos poderes públicos e da população em geral. Para a discussão, recorreremos, dentre outros, às autoras Akotirene (2018), Arán (2003) e Collins (2019), nas quais iremos nos apoiar teoricamente. Dentre alguns dados relacionados ao feminicídio, a OMS aponta que o Brasil está no topo em relação aos índices de mortes de mulheres e meninas negras.

Palavras-Chaves: Mulheres negras. Múltiplas quarentenas. Violência doméstica.

Considerações iniciais

Historicamente as mulheres participam menos do que os homens no mercado de trabalho. Isso se deve, dentre outros fatores, às barreiras culturais que ainda persistem e à categorização dos papéis sociais delegados por gênero, que atribuem a elas as funções de cuidado e reprodução social, o que propicia inúmeras violências que se manifestam das mais variadas formas, dependendo do ângulo que se direciona o olhar. Junto a esse fato, a violência contra as mulheres é um fenômeno que tem ganhado grande visibilidade nacional e mundial

na pandemia da COVID-19 que afeta a todos, mas tem afetado diferentes grupos de pessoas, de distintas maneiras, aprofundando as desigualdades existentes.

Dessa forma, a pandemia trouxe consigo muita reflexão pertinente para se repensar os meios de segurança e romper padrões do patriarcado, das configurações e estrutura familiar, mostrando que para muitas mulheres o lar não é um ponto de apoio, muito menos um lugar seguro. As “múltiplas quarentenas” reverberam e trazem à luz as violências ocultas nos seios familiares. Com isso, o artigo objetiva problematizar o aumento das violências domésticas durante o isolamento social em tempos de pandemia. Para tal, parte das contribuições dos estudos interseccionais, visto que, dentre tantas mortes causadas pelo coronavírus, estão as mortes causadas por “genocidas”, misóginos e machistas, evidenciando os crescentes números de violência contra as mulheres.

Desse modo, problematizamos neste trabalho o aumento da violência doméstica durante o contexto da pandemia utilizando o aporte teórico dos estudos interseccionais, buscando evidenciar os processos, posicionamentos e fluxos num ressoar da pandemia como acontecimento, permitindo desnaturalizar o instituído.

Metodologia

Este é um estudo de cunho qualitativo de revisão narrativa da literatura. Por assim ser, constitui-se de análise da literatura publicada em livros e de artigos de revistas impressas e eletrônicas. Nesse tipo de estudo, são analisadas as produções bibliográficas em “determinada área [...] fornecendo o estado da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada” (NORONHA; FERREIRA, 2000, p. 191).

Novos contextos, velhas histórias: mulheres negras e violências domésticas na quarentena

O mundo está passando por uma pandemia que indescritivelmente escancara a carência no Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil e ainda evidencia a desigualdade social e de gênero na sociedade que mata discriminadamente determinadas classes sociais. Essa problemática na vida das mulheres evidencia desigualdades de gênero, pois elas são mais atingidas pela crise no mercado de trabalho e ficam ainda mais sobrecarregadas com os

afazeres domésticos, *home office* e cuidados com alguém da família neste período. Acrescenta-se ainda a infeliz realidade do aumento de casos de violência doméstica.

Neste artigo, Gênero é compreendido como “um mecanismo através do qual se produzem e se naturalizam as noções de masculino e de feminino” (BUTLER, 2006, p. 70); como “uma norma” produtora, reguladora e normalizadora dos corpos. Assim, urge perceber gênero como categoria analítica importante nos estudos da interseccionalidade¹, como uma perspectiva teórica que dialoga com as experiências subjetivas das mulheres em situação de violência, no contexto da pandemia da Covid-19 (LÓPEZ, 2013).

Nesses termos, evidenciar a problemática da violência doméstica feminina na quarentena e em demasia com as mulheres negras reforça a trajetória histórica das concepções de gênero com a naturalização do androcentrismo². Isso se estende também a muitos idiomas que desenvolveram sistemas de linguagens que privilegiam adjetivos e substantivos masculinos. Esse tipo de discriminação também impôs uma fronteira entre os sexos e colocou a mulher em uma condição de restrição à liberdade, presa à casa e aos afazeres domésticos, criadora dos filhos, cuidadora do marido, sem aspirar atividade fora do lar, mantida – enquanto foi possível – a distância da independência financeira (ARÁN, 2003).

No decorrer do distanciamento social, vários países registraram aumento no número de casos de violência contra a mulher. No Brasil, a situação não foi diferente. Os números chocam: mais de 100 feminicídios foram registrados na Bahia até o final de 2020, segundo dados da Secretaria da Segurança Pública da Bahia (SSP-BA). A Organização Mundial de Saúde (OMS) foi o órgão responsável pelo isolamento social, ação que fez com que toda a população do mundo ficasse em casa de forma praticamente integral, permitindo saídas apenas para serviços essenciais como farmácia e compras de alimentos no supermercado (MARANHÃO, 2020). No entanto, o isolamento social escancarou o aumento da violência doméstica nos lares. Esse cenário aguçou-nos para a produção deste objeto de estudo sobre a violência de gênero sob a ótica da interseccionalidade, inegável metodologia que luta por igualdade das mulheres e que reconhece a categoria mulher negando a unicidade, como uma

¹ “Demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras”. (AKOTIRENE, 2018, p.54).

² Androcêntrica por se tratar de uma ótica que valoriza as experiências masculinas como universais, tanto para homens quanto para mulheres, sem dar o reconhecimento igualitário à sabedoria e à experiência feminina. (ANDROCENTRISMO, 2017).

categoria que atravessa inúmeros marcadores sociais (raça, classe, geração, identidade de gênero, sexualidade).

Boaventura (2020), em seus estudos no livro *A Cruel Pedagogia do Vírus*, analisa grupos para os quais a quarentena é particularmente difícil, cuja vulnerabilidade precede a quarentena e se agrava com ela. Esses grupos, que compõem aquilo a que o mesmo chama “sul”, são: as mulheres; os trabalhadores precários, informais, ditos autônomos; os sem abrigo e trabalhadores da rua; os moradores das periferias pobres das cidades, favelas, “barriadas”, “slums” entre outros; os internados em campos de internamento para refugiados, imigrantes indocumentados ou populações deslocadas internamente; os deficientes e os idosos. O autor assevera em seus estudos que a quarentena não só torna visível a vulnerabilidade desses grupos, pela informação que é veiculada pelas mídias e pelas organizações internacionais, mas também reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido. A pandemia do coronavírus é o exemplo mais recente que afetam este grupo, pois:

As pandemias não matam tão indiscriminadamente quanto se julga. É evidente que são menos discriminatórias que outras violências cometidas na nossa sociedade contra trabalhadores empobrecidos, mulheres, trabalhadores precários, negros, indígenas, imigrantes, refugiados, sem abrigo, camponeses, idosos, etc. (SOUSA SANTOS, 2020, p. 23).

De acordo com Santos, as pandemias não matam tão indiscriminadamente, sendo irrefutável que atingem, em nossa sociedade, em maior proporção, o trabalhador e determinadas classes sociais. Nesse sentido, Karl Marx corrobora que isso não é natural, é um desdobramento direto do modo de produção capitalista, estando inerente ao próprio sistema que a produz sendo acirrado no embate das lutas de classes sociais, também conhecido como conflito entre capital e trabalho, desse modo, a questão social e suas expressões só serão eliminadas em definitivo com a extinção do sistema capitalista (VERAS, 2014). Lembramos que o primeiro caso de morte por Covid-19 no Brasil foi de uma empregada doméstica negra infectada por sua patroa branca recém-chegada de viagem internacional. A maioria das pessoas na linha de pobreza são negras, moram em favelas e periferias, trabalham em subempregos e muitas não têm água para realizar o mínimo, como cozinhar, quem dirá para manter a higienização, medida mais eficaz contra o vírus.

Ainda em seus estudos, Boaventura (2020), em suas reflexões, propõe uma interessante e consistente correlação entre a emergência da pandemia e o modo de vida dos seres humanos

no contexto do capitalismo contemporâneo. Assim, para além de uma análise do momento vivido e das mudanças sociais impostas pela pandemia da coronavírus, o autor empreende uma crítica profunda ao sistema capitalista neoliberal e suas implicações sociais, políticas, econômicas e culturais.

É possível asseverar que a pandemia do novo coronavírus só vem acentuar e tornar visíveis uma série de problemas sociais estruturais causados pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, dentre eles, a divisão de classes, a devastação ambiental, a exclusão social, a discriminação e a extrema pobreza, o racismo estrutural³ e os problemas de gênero, que podem ser trabalhados a partir da perspectiva da interseccionalidade (COLLINS, 2019; AKOTIRENE, 2019).

Revestidos dessa contextura, recorremos à interseccionalidade como produção de lugar de fala por um posicionamento epistemológico, um debate estrutural, *lócus* social, do direito à existência digna, à voz, que muitas vezes esse lugar imposto historicamente às mulheres dificulta a possibilidade de transcendência. As condições sociais que permitem ou não que essas mulheres acessem lugares de cidadania e oportunidades (RIBEIRO, 2017).

No bojo dos nossos estudos, percebemos que o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 aponta que 1.206 (mil e duzentos e seis) mulheres foram vítimas de feminicídio no ano de 2018. Desse total, 88,8% foram vítimas de companheiros ou ex-companheiros. O feminicídio é mais comum entre mulheres negras, sendo elas 61% das vítimas. Em virtude do aumento de violências domésticas contra mulheres no Brasil e especificamente na Bahia devido à pandemia da Covid-19, os atendimentos seguem virtualmente, mas o grande desafio tem sido alcançar as mulheres que precisam da Instituição.

O Núcleo de Defesa da Mulher (Nudem) registrava uma média de 200 atendimentos por mês, mas após o distanciamento social (2020) os números não chegam à mesma marca: foram 30 (trinta) atendimentos em abril, 44 (quarenta e quatro) no mês de maio e em junho houve 78 (setenta e oito) mulheres atendidas. Esses números não evidenciam diminuição dos casos, pelo contrário, revelam a falta de acesso às denúncias, um dos fatores que proporciona aumento da violência, na certeza dos agressores ficarem impunes a essa tipologia da criminalidade, visto que afastar o agressor do lar ou obter a manutenção da distância mínima é

³ Para Silvio Almeida (2018), a concepção estrutural de racismo está intrinsecamente ligada ao racismo institucional que determina suas regras a partir de uma ordem social estabelecida. Isso significa que o racismo é uma decorrência da estrutura da sociedade que normaliza e concebe como verdade padrões e regras baseadas em princípios discriminatórios de raça. Almeida enfatiza que o racismo é parte de um processo social, histórico e político que elabora mecanismos para que pessoas ou grupos sejam discriminados de maneira sistemática.

o tipo de decisão que protege a mulher apenas formalmente. Dessa forma, cabe ao Estado fornecer a essa mulher verdadeira forma de emancipação, do contrário, ela continuará no ciclo de violência.

Violência doméstica na vida de mulheres negras: um estudo alternativo

A violência é uma questão social da saúde pública, reconhecida mundialmente como uma violação dos direitos humanos, portanto, um fenômeno social de dimensões estruturais econômicas, políticas, culturais. De acordo com a OMS, a violência é o “uso de força física ou poder, em ameaça ou, na prática, contra si próprio, outra pessoa, um grupo ou comunidade, que resulte ou possa resultar em lesão, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (OMS, 2002). Dessa forma a violência se constitui um desafio universal, sendo uma responsabilidade do Estado e da sociedade civil.

No cenário pandêmico, vê-se uma reatualização de “novas” práticas de violência contra a mulher e, em especial, contra a mulher negra. A violência contra a mulher não é uma prerrogativa do Brasil, é um fenômeno mundial, no entanto, os dados da violência no Brasil são alarmantes, é o que revela o Mapa da Violência de 2015. De acordo com a OMS, o Brasil está no topo da posição em relação aos índices de feminicídio, e no interior dessa informação os dados apontam que meninas e mulheres negras são as que mais morrem.

Segundo o relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os feminicídios aumentaram 2% durante a pandemia. O conceito de feminicídio remete a assassinatos de mulheres cometidos em razão do gênero. Nesse sentido, as chamadas de emergência subiram 3,8%, enquanto os registros de agressões feitos em delegacias diminuíram 10% no primeiro semestre deste ano. Especialistas alertam que é preciso cuidado ao analisar esses dados, isso porque eles indicam que houve aumento de subnotificações de casos de violência contra a mulher.

Um dos possíveis fatores do aumento da violência doméstica está associado à historiografia naturalizada, estereotipada, dos papéis de gênero na sociedade, em que a mulher é reservada ao espaço privado do lar. Passos (2020) deixa bem evidente quando afirma que a distribuição das tarefas é determinada a partir do gênero e se aprofunda com a raça e a classe. Nessa lógica, mulheres negras permanecerão na execução do trabalho doméstico e de cuidados, e essa “naturalização” será demarcada e retroalimentada pela colonialidade. Nesse processo, esses corpos negros são descartados pelo Estado e por parte da sociedade.

Dada a força dessa posição de sujeito demandado nesse discurso, faz-se necessário compreender o conceito de gênero para além da categorização binária, a fim explicitar a questão da violência contra as mulheres durante a pandemia, ressaltando as intersecções existentes entre os diversos marcadores (gênero, raça/cor, nível educacional, classe social, dentre outros). Esse entrecruzamento entre gênero e demais condições, para este estudo, é compreendido como um marcador que permite problematizar as vulnerabilidades e acolher as singularidades.

Dessa forma, asseveramos que corpos negros, especificamente mulheres negras, sempre viveram em crise nas mais diversas violências simbólicas ou físicas, sendo elas econômicas, sociais ou étnicas. Porém, o isolamento permanente demandado pela pandemia do novo coronavírus escancara essa mazela social, em que as instituições e o Estado definem quais são os corpos que merecem viver e quais podem ser descartados. O vírus tem muito a nos ensinar, sobretudo que os múltiplos marcadores de poder precisam ser analisados separadamente, em suas particularidades, para que se constate a mutualidade de uma análise e sua compreensão coletiva. Eles se imbricam se inter-relacionam e somente o enfrentamento dessa realidade discriminatória nos permitirá sua transcendência, pois na configuração social da supremacia branca a mulher negra é vista como “o Outro do outro”, em uma condição de maior inferioridade, em relação ao gênero e à cor.

Com isso, Collins (2006, p.105) relata que o *status* de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou diferir da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Além disso, Collins enfatiza que foi negada às mulheres negras a autoridade de desafiar essas definições. Esse modelo de imagem consiste em definir as mulheres negras como “outro negativo”; em contrapartida, define a imagem positiva dos homens brancos e das mulheres brancas. Isso evidencia os estigmas e a subalternidade entre classes sociais, gênero e raças, que rotulam as mulheres negras, pobres, mãe solas e periféricas. Nessa perspectiva, Crenshaw (2002) enfatiza que a interseccionalidade é:

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177 apud SILVA, 2013, p.110)

É perceptível que a interseccionalidade trata das questões que tentam desvalorizar a mulher, a exemplo da opressão e da subordinação do patriarcado. Estudar esse conceito, portanto, possibilita o empoderamento e a ruptura com essas práticas por meio da luta feminista, reconhecendo-se todas as características das mulheres e os marcadores sociais que as diferenciam.

Nesse sentido, necessitamos aprender a nos abrir à experiência com “um outro”, com “outros”, com uma coisa qualquer que desperte o desejo. Por isso, para aprender é necessário “primeiro aprender a desaprender” (CAIEIRO, 1986). Aprender a desaprender os sentidos constituídos, os significados produzidos e os pensamentos construídos para abrir em si próprio as diferenças.

Em meio a isso, o patriarcado coloca o homem como o dono do poder, evidenciando ainda mais a desigualdade de gênero. Ademais, a sociedade hegemônica padroniza trabalhos de acordo com o gênero, classificando-os em “trabalho de homem” e “de mulher”, desmerecendo o trabalho da mulher, mãe e dona de casa, cuidadora do lar. Nesse quesito, não há colaboração do homem e nem cooperação para desempenhar funções, pois para o machismo essas tarefas são de “mulherzinhas”, o que, conseqüentemente, desencadeia o aumento do trabalho e sobrecarga de funções para as mulheres. Na pandemia, a opressão do patriarcado delimita ainda mais o lugar da mulher, como se ficar em casa fosse a preferência e escolha de todas as mulheres, que são desvalorizadas e invisibilizadas em suas funções domésticas. Entretanto, precisamos ter em mente que cuidar de casa, de filhos, do marido, não é *hobby*, é um trabalho sem descanso.

Dessa forma, unir o trabalho doméstico ao trabalho informal ou ao *home office* é um desafio que milhares de mulheres enfrentam cotidianamente, além disso, há outro desafio maior ainda: lidar com o marido ditador, machista, que controla a vida, o dinheiro e dita as regras em casa. Nesse contexto pandêmico, o controle das finanças é ainda maior, afinal, na sociedade machista e hegemônica, o homem é o provedor da alimentação familiar, caso contrário, sua masculinidade ficaria ferida, por perder o posto de “todo-poderoso”, o que, conseqüentemente, causaria violência psicológica, física e sexual.

A opressão como característica da violência doméstica

Dentre tantos riscos encontrados no contexto atual, fica evidente que o lar não se configura como um lugar harmonioso e de tranquilidades, uma vez que, na configuração patriarcal, a casa sempre esteve sobre o governo do homem, que exerce seu papel de dominação sobre a mulher, encadeando as opressões e divisões sociais. Nessa vertente, é importante ressaltar o que propõe Akotirene sobre o pensamento interseccional, como aponta seguir:

O pensamento interseccional nos leva reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroborarmos com a violência. Nem toda mulher é branca, nem todo negro é homem, nem todas as mulheres são adultas heterossexuais, nem todo adulto heterossexual tem locomoção política, visto as geografias do colonialismo limitarem as capacidades humanas. AKOTIRENE (2019, p.45)

Com isso, Akotirene (2019, p.114) reforça que “A interseccionalidade é a autoridade intelectual de todas as mulheres que um dia foram interrompidas”, sendo a interseccionalidade o estudo das interações das diferentes formas de subordinação, sexismo, patriarcado, racismo.

No que se refere às mulheres negras, donas de casa, todas são cercadas de marcas que a interseccionalidade explica e que nos fazem refletir sobre questões ainda presentes no nosso meio, como o caso das mulheres que sofrem com as “múltiplas quarentenas”, que as aprisionam e as impedem de trabalhar, seja por divisão do trabalho, seja pela opressão dos maridos. Sobre tal assunto, recorremos a Akotirene (2019), que reforça que:

(...) O pensamento interseccional explicou a matriz de opressão cisheterossexista, etária, divisora sexual do trabalho, segundo a qual, na minha tradução: as mulheres negras eram trabalhadoras nas casas das “mulheres brancas instruídas,” chegavam em casa e tinham o dinheiro tomado por “maridos ociosos” bastante ofendidos porque não havia “comida pronta dentro de casa”. (AKOTIRENE, 2019, p.26).

De acordo com a autora, mulheres trabalhadoras, que fazem dupla jornada de trabalho, em casa e fora dela, tornam-se vítimas da opressão dos maridos e das “mulheres brancas instruídas”. Além do trabalho duro, não usufruem do dinheiro proveniente deste, desempenhando várias funções, como de empregada doméstica, dona de casa e mãe. Entretanto, mesmo imersas a diversas atividades, ainda assim sofrem com a violência dos “maridos ociosos”.

Além de tudo, a cobrança do marido e dos filhos não facilita o trabalho, afinal, ao longo do dia as mulheres têm que dar conta de diversas funções. Neste contexto atual pandêmico em que estamos vivendo, houve uma desconfiguração da rotina, corroborando para o aumento da

violência e do feminicídio. Com isso, vale ressaltar que o Brasil, com o isolamento social para o enfrentamento da pandemia, escancara essa dura realidade. Apesar de chefiarem 28,9 milhões de famílias, as mulheres brasileiras não estão seguras nem mesmo em suas casas. Dos 3.739 homicídios de mulheres em 2019 no Brasil, 1.314 (35%) foram categorizados como feminicídios. Isso equivale a dizer que, a cada sete horas, uma mulher é morta, somente pelo fato de ser mulher. (VIEIRA et al.2020).

Considerações finais

Diante da real situação que estamos vivendo, fica nítido que a causa das mortes na pandemia está para além do novo coronavírus. Nós, mulheres, sempre estivemos à margem, fazendo parte da desigualdade social de classe, gênero ou de raça. Enfrentamos as múltiplas quarentenas diariamente. Em geral, as mulheres sempre são vítimas de abusos, violências e discriminação e, conseqüentemente, são mortas por “genocidas”, misóginos e machistas. Assim, a violência doméstica, violência de gênero e o feminicídio findam a vidas de mães, namoradas, filhas e esposas. Sem ao menos ouvir o outro lado, muitos julgam e reforçam a violência como frases como “*Ela gostava... por que ela não separou?*” ou “*Ela vestia roupas indecentes, ela causava ciúmes nele*”, e não questionam, em hipótese alguma, o homem, somente a mulher. Que configuração é essa que a mulher, mesmo morta, ainda é vista como causadora de seus sofrimentos? Nada explica ceifar a vida do outro, impedir sonhos e conquistas.

Para tanto, é necessário levantar questionamentos urgentes e eficazes que possam colaborar para conscientização dos poderes públicos e da população em geral.

Ao buscarmos respaldo para discutir os questionamentos acima elucidados, o que percebemos, em meio a uma vastidão de aportes teóricos, é a importância da valorização das singularidades e da diferença, buscando entender como os diversos fluxos e marcadores interseccionais atravessam as mulheres em tempos de pandemia da Covid-19. Essa situação incita uma reflexão para um olhar singular sobre a violência contra as mulheres e suas diversas intersecções, que estão constantemente se reformulando, de forma naturalizada, promovendo mortes, desvalorização e violências contra esses sujeitos na sociedade.



REFERÊNCIAS

- ANDROCENTRISMO.<Disponível:<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/1755969>>.
Acesso em: 01 mar. 2017.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Ed. Letramento, 2018.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ARÁN, Márcia. **Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea.** Revista de Estudos Feministas. v.11. n.2. 2003.
- BUTLER, Judith. Problemas de **gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. **Deshacer el género.** Barcelona: Paidós, 2006.
- CAIEIRO, Alberto. **O guardador de rebanhos.** Lisboa: Dom Quixote, 1986.
- COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a Outsider Within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 99-126, jan./abr. 2016.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2019.
- COLLINS, Patrícia Hill. **O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso***. Cadernos Pagu, Campinas, n. 51, e175118, 2017.
- GOES. NASCIMENTO. Mulheres negras e brancas: as desigualdades no acesso e utilização dos serviços de saúde no Estado da Bahia, PNAD - 2008. In: BATISTA, LE; WERNECK, J;
- LOPES, F. (Orgs.). Saúde da população negra (Coleção negras e negros: pesquisas e debates / coordenação Tânia Mara Pedrosa Müller). 2. ed. Brasília, DF: ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012, p.274-287. Disponível em:<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_negra.pdf>. Acesso em: 22/04/2020.
- MARANHÃO, Romero de Albuquerque. A violência doméstica durante a quarentena da COVID-19: entre romances, feminicídios e prevenção/Domestic violence during the quarantine of COVID-19: between novels, femicides and prevention. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 2, p. 3197-3211, 2020.
- NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara S. P. **Revisões de literatura.** In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette

Marguerite (orgs.) Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Geneva, 2002.

PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 18, n. 45, 2020.

RIBEIRO, D. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

RIBEIRO, D. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel pedagogia do Vírus.** Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2020.

VERAS, Maura. **Introdução à sociologia: Marx, Durkheim e Weber, referências fundamentais.** Pia Sociedade de São Paulo. Editora Paulus, 2014.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. **Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?** Rev. bras. epidemiol. vol.23 Rio de Janeiro 2020 Epub Apr 22, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2020000100201. Acesso em: 28 Marc. 2021.

Sobre as Autoras :

Adelice Pereira de Jesus

Mestra do programa de Pós-Graduação em Ensino Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus VI Caetitê. Professora da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental II, da rede municipal de Palmas de Monte Alto-Ba. E-mail: minga27@hotmail.com

Ana Lúcia Pereira de Barros

Mestranda do programa de Pós-Graduação em Ensino Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus VI/ Caetitê. Graduada em Pedagogia pela UNEB - Campus XII. E-mail: analidiapereiradebarros@gmail.com

Edilane de Jesus Gomes

Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ensino, Linguagens e Sociedade (PPGELS) e Graduada em Letras com Habilitação em Língua Inglesa e suas respectivas literaturas, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Integrante do Laboratório de Estudos do Audiovisual e do Discurso (AUDiscurso/CNPq/UNEB). Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa da Bahia (FAPESB). E-mail: lannyedigomes@gmail.com